



DIREITO ADMINISTRATIVO

 **Estratégia**
OAB

SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

DIREITO ADMINISTRATIVO

PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Rogério Martins exerceu o cargo de Prefeito do Município Beta por dois mandatos consecutivos. Durante sua gestão, ficou conhecido na região como o “prefeito dos contratos e das obras”, em razão da grande quantidade de contratos administrativos firmados prestação de serviços no município e execução de obras públicas.

Encerrado seu período à frente do Poder Executivo municipal, assumiu a administração o novo prefeito, Marcelo Duarte, que passou a planejar novos rumos para o crescimento e reorganização da cidade.

Ao analisar a documentação relativa às obras públicas e contratos administrativos ainda em execução, a nova gestão identificou indícios de diversas irregularidades contratuais celebradas durante a administração anterior com suspeitas de superfaturamento em contratos de obras públicas, pagamentos incompatíveis com os serviços efetivamente realizados e cláusulas potencialmente lesivas ao erário.

Lucas Andrade, vereador do Município Beta e integrante do mesmo partido político do atual prefeito, tomou conhecimento dessas informações durante reuniões administrativas destinadas à análise dos contratos firmados na gestão anterior. Diante da gravidade dos fatos relatados, decidiu aprofundar a apuração das possíveis irregularidades praticadas pelo ex-chefe do Poder Executivo.

Após reunir documentação e elementos probatórios relacionados aos contratos celebrados durante a gestão passada, Lucas Andrade identificou indícios de fraude em diversos contratos de prestação de serviços e execução de obras públicas que ainda permanecem em vigor. Uma das principais falhas são contratos de prestação de serviços que estão em vigência a mais de dez anos, com pagamento de valores maiores do que o mercado atual.

Diante desse cenário, Lucas Andrade procura você, com todo acervo de documentos para que, na qualidade de advogado(a), elabore a medida judicial cabível para proteger o patrimônio público, buscando a suspensão das obras e contratos administrativos ainda em execução evitando novos prejuízos ao erário.

Considerando essas informações, redija a peça processual cabível, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes ao caso. (Valor: 5,00)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	

32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	
61	
62	

63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	
91	
92	
93	

94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	
121	
122	
123	
124	

125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	

QUESTÃO 01

Município X, no intuito de construir uma Unidade de Pronto Atendimento desapropriou ao lado do hospital um terreno de propriedade de Mariana pagando prévia e justa indenização.

Ocorre que no decorrer do projeto, devido ao grande aumento de diagnósticos, resolveu construir um Centro de Atendimento Especializado para crianças com transtornos e necessidades especiais.

Ainda inconformada com a perda de sua propriedade, Mariana procura você a fim de sanar algumas dúvidas referentes a desapropriação:

A) É lícito o município desapropriar bem de propriedade particular? (0,65)

B) Tendo o município trocado a finalidade da desapropriação, pode Mariana requerer sua propriedade de volta aplicando seu direito a retrocessão? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 02

A empresa pública federal InfoBrasilTec, responsável pela prestação de serviços de tecnologia da informação à Administração Pública, instaurou procedimento licitatório para aquisição de computadores destinados à modernização de seus laboratórios técnicos.

No edital, houve a indicação expressa da marca “TechPrime”, sob a justificativa de necessidade de padronização dos equipamentos já utilizados pela estatal, visando à compatibilidade técnica dos sistemas internos e à redução de custos de manutenção.

Durante o certame, a sociedade empresária Alfa apresentou a melhor proposta comercial. A sociedade empresária Beta, por sua vez, interpôs recurso administrativo 10 dias após a fase de habilitação, alegando irregularidades na análise técnica realizada pela comissão de licitação. O recurso não foi conhecido pela autoridade competente, sob o fundamento de estar fora do prazo.

Ao final, após a habilitação da empresa Alfa, a licitação foi homologada.

Na qualidade de advogado(a), responda aos itens a seguir:

A) É juridicamente válida, no caso narrado, a indicação de marca específica no edital da licitação promovida pela empresa pública? Justifique. (0,65)

B) Está correta a decisão da autoridade administrativa de não conhecer o recurso interposto? Justifique. (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 03

As sociedades empresárias Alfa Engenharia S.A. e Beta Construções Ltda. participaram de licitação promovida pela sociedade de economia mista EnergiaSul, destinada à contratação de obras de ampliação de uma usina termoelétrica.

Durante investigação instaurada pela própria estatal, constatou-se que as empresas haviam ajustado previamente os valores das propostas apresentadas no certame, com o objetivo de frustrar a competitividade da licitação.

Após o início do procedimento administrativo de responsabilização, a sociedade empresária Alfa procurou espontaneamente a autoridade competente, confessou sua participação no ilícito, apresentou documentos inéditos que comprovaram o conluio e colaborou efetivamente para a identificação dos demais envolvidos. Em razão disso, foi celebrado acordo de leniência entre Alfa e a Administração Pública.

Posteriormente, a sociedade empresária Beta sustentou que Alfa não poderia receber benefícios administrativos, pois a prática do ilícito já havia sido descoberta pela estatal antes da celebração do acordo.

Na qualidade de advogado(a), responda aos itens a seguir:

A) É juridicamente possível a celebração do acordo de leniência no caso narrado, ainda que a Administração Pública já tivesse conhecimento prévio da prática ilícita? Justifique. (0,65)

B) O acordo de leniência feito pela sociedade empresária Alfa fica isenta de multas pelo ilícito praticado? (0,60)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

QUESTÃO 04

Em março de 2020, João sofreu danos materiais em razão da queda de uma árvore em via pública municipal, ocasionada pela ausência de manutenção preventiva pelo Município Alfa.

Após tentativas administrativas frustradas de obter indenização, João ajuizou ação de reparação de danos em face do Município apenas em junho de 2025.

Na qualidade de advogado(a), responda aos itens a seguir:

A) Qual é o prazo prescricional aplicável à pretensão indenizatória formulada por João em face da Fazenda Pública? (0,60)

B) No caso narrado, a pretensão indenizatória encontra-se prescrita? Justifique. (0,65)

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

Igor Maciel

